

A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO JORNALISMO: OS MODELOS PELO MUNDO E A COBERTURA DA CRIMINALIDADE NO COMPLEXO DA MARÉ NO RIO

Marise Baesso Tristão*
Fernanda Nalon Sanglard**

Resumo: Tendo por princípio os estudos comparativos, este artigo busca analisar o jornalismo sobre criminalidade violenta no Rio de Janeiro em dois veículos, *O Globo* e o Observatório de Favelas. O objetivo é estabelecer analogias entre esses produtos midiáticos, que têm públicos diferentes e finalidades distintas. Serão consideradas algumas categorias consolidadas em estudos comparados feitos internacionalmente, como a questão da objetividade, do profissionalismo e da investigação, além dos discursos e dos silenciamentos. As matérias analisadas foram divulgadas em junho de 2013 a respeito de episódios envolvendo mortes e confrontos no Complexo da Maré, um conjunto de favelas localizado na região Norte do Rio. A intenção também é verificar os lugares de fala dos jornalistas de ambos os veículos. Verificamos que, em ambos os casos, há um discurso de falha do Estado no território analisado, porém a cobrança por este Estado é feita de maneira diversa.

Palavras-chave: jornalismo; estudos comparativos; Rio de Janeiro; criminalidade violenta; favela.

Abstract: Having principle comparative studies, this paper analyzes the journalism on violent crime in Rio de Janeiro in two vehicles, "The Globe" and the "Observatory of Slums". The goal is to draw analogies between these media products, which have different audiences and different purposes. Will be considered consolidated some categories in comparative studies done internationally, as the issue of objectivity, professionalism and research, beyond words and silences. The materials analyzed were published in June 2013 about episodes involving deaths and clashes in Complexo da Maré, a set of slums located in the North River area. The intention is to verify the speech places of journalists of both vehicles. We found that, in both cases, there is a state of failure discourse in the analyzed territory, but the charge for this state is made differently.

Keywords: journalism; comparative studies; Rio de Janeiro; violent crime; slum.

Introdução

Falar de jornalismo não é mencionar um padrão único, de uma ciência exata, com as mesmas características de textos e formas. O jornalismo é um fenômeno histórico e cultural, que se constrói de maneiras diferentes, sendo influenciado pela estrutura política e social do país.

Qualquer julgamento que fazemos sobre um sistema de mídia tem que ser baseado em uma compreensão clara do contexto social – de elementos como as divisões existentes no seio da sociedade, o processo pelo qual eles foram resolvidos (ou não) e os padrões vigentes de crença política (HALLIN E MANCINI, 2004, p. 15).

* Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutoranda na Universidade Federal Fluminense (UFF).

** Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutoranda na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Esta percepção de que existem vários jornalismo em vez de “o jornalismo” se torna premente na medida em que há uma internacionalização da pesquisa neste campo, possibilitando comparações entre as várias partes do mundo. O Brasil é um dos países que ganham luzes, notadamente a partir da formação do bloco chamado hoje de Brics.¹ Além disso, é preciso entender o jornalismo periférico, que, muitas vezes, adapta os preceitos dos jornalismo centrais, adequando-os à sua própria necessidade.

Independentemente do país de origem, porém, a imprensa como instituição procura ocupar o lugar de fala autorizada para não só agir, mas cobrar uma solução das autoridades e governos. Ao fazer o registro desta maneira, os jornalistas também contribuem para o processo de legitimação da imprensa como autoridade interpretativa no campo social. O jornal se transforma em um agente político. E, desta forma, ele deve “cobrir o mundo” de determinada maneira, sendo legitimado como o intérprete da verdade

A proposta deste artigo é buscar entender o enquadramento de dois veículos da imprensa brasileira a respeito da violência no Rio de Janeiro. Além de observá-los separadamente, faremos um estudo comparativo entre eles, buscando revelar como se comportam na produção de sentidos e na representação da capital fluminense no que concerne à questão da criminalidade violenta, refletindo sobre as formas de condução de reportagens dentro da realidade da mídia brasileira, mais especificamente da carioca. Como esta cidade se mostra para o mundo por meio da mídia?

Pretendemos verificar alguns quesitos do comportamento da imprensa do Rio em um momento de conflito entre agentes da ordem e moradores do Complexo da Maré, buscando identificar como episódios, ocorridos em junho de 2013, foram tratados pelo jornal *O Globo* e pelo site Observatório de Favelas. O objetivo é entender os locais de fala do jornalista como profissional, tentando encontrar se há lacunas, apesar das normas e técnicas, e caracterizar os contextos. Pretendemos ainda comparar, nos dois veículos analisados, como se dá a relação imprensa, governo e sociedade, lembrando que um é um jornal considerado “de referência”, enquanto o outro veículo é uma agência alternativa de notícias. Ainda verificaremos como os dois veículos se comportam ao fazer denúncias sobre um fato específico. As análises serão feitas a partir de material divulgado em plataformas on-line.

Antes da análise prática, discutiremos sobre modelos já estudados em algumas nações, comparando princípios que buscam provar que o jornalismo não pode ser resumido a um conjunto de técnicas e normas que priorizam a objetividade para informar o público. Para o jornalista Eugênio Bucci (2000), o jornalismo pode ter convicções e até preconceitos, desde que eles não sejam escondidos e desde que os veículos de comunicação não se apresentem como “neutros”.

Desta forma, usando comparações de modelos de fora do Brasil, vamos procurar entender as práticas do país, lembrando que uma das vantagens da comparação é alargar os olhares em relação aos meios de comunicação e entender as estruturas dentro do contexto de globalização.

Análise comparativa revela modelos de jornalismo pelo mundo

Como dissemos, são múltiplos os modelos de jornalismo, e este campo continua a se modificar. Apesar destas mudanças, alguns estudos consolidados sobre o jornalismo mundial ainda são essenciais para o entendimento do caminho traçado no Ocidente e nos países periféricos, como o Brasil. Uma das obras referenciais no enquadramento dos modelos mundiais de jornalismo, escrita na década de 1960, é *Four Theories of the Press*, na qual Siebert, Peterson e Schramm relatam a existência no mundo dos modelos que seguem a Teoria Autoritária, a Libertária, a Teoria da Responsabilidade Social e o Modelo Comunista Soviético. Para os autores, a imprensa é como é porque “aparentemente serve a propósitos diferentes e aparece em formas muito diferentes em países diferentes” (SIEBERT, PETERSON & SCHRAMM, 1963, p. 1). A tese dos autores é de que a imprensa sempre toma a forma e a coloração das estruturas sociais em que opera.

A análise comparativa do jornalismo ganhou novos contornos com publicações a partir da década de 1980, com a existência de estudos comparando modelos anglo-americano e francês, britânico e alemão, entre outros. Mais à frente, em 2004, um importante livro compara três modelos midiáticos da América do Norte e da Europa Ocidental. Esta publicação foi *Comparing Media Systems*, de Hallin e Mancini. Nele, os autores comparam o modelo Liberal (vigente em Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e Irlanda); o modelo Democrático Corporativista (países da Europa central e setentrional) e

o modelo Pluralista Polarizado (característico dos países mediterrâneos). Entre os objetivos dos autores estão identificar as principais variações que se desenvolveram nas democracias do Ocidente, a estrutura e o papel político dos meios de comunicação. Os modelos são mostrados como tipos ideais, podendo inclusive ser combinados. No entanto, Hallin e Mancini (2004, p. 305) afirmam que as categorias criadas por eles não têm que ser impostas a estudos sobre outras nações, sendo apenas “um conjunto de modelos em relação aos quais os demais podem ser construídos”.

O modelo Liberal é aquele que representa o paradigma global dominante, sendo útil para entender as influências externas em outros sistemas midiáticos, associados ao neoliberalismo e à globalização; o Democrático Corporativista possui traços comuns com sistemas europeus orientais e asiáticos; e o Pluralista Polarizado poderia facilitar o entendimento de sistemas midiáticos presentes em várias regiões do mundo, como América Latina, África, Europa Oriental e repúblicas da antiga União Soviética.

Hallin e Mancini propõem um método para comparar os sistemas de mídia, especificando quatro dimensões segundo as quais os sistemas de mídia poderiam ser comparados na Europa Ocidental e na América do Norte (HALLIN E MANCINI, 2004, p. 21). Citaremos aqui os quatro a título de exemplificação de fatores importantes a ser observados para entender o funcionamento na imprensa em diferentes partes do globo. A primeira dimensão a ser considerada, segundo os autores, é o desenvolvimento de mercados de mídia com ênfase no crescimento de uma imprensa forte ou fraca em relação à grande circulação. Outro ponto a ser observado é o paralelismo político, ou seja, o grau e a natureza das relações entre os meios de comunicação e os partidos políticos, na medida em que os sistemas de meios de comunicação refletem as principais divisões políticas na sociedade. A terceira dimensão a ser olhada é o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico. E por fim, o grau e a natureza da intervenção do Estado no sistema midiático.

No caso da imprensa, jornais que possuem grande circulação tendem a se desenvolver comercialmente, sendo financiados pela publicidade em vez de subsídios de atores políticos. O paralelismo político é a convergência de objetivos, meios, enfoques e públicos entre determinados veículos com determinados partidos políticos. Neste caso, jornalistas e donos dos meios de

comunicação têm laços políticos ou alianças, sendo comum jornalistas se tornarem políticos e vice-versa. No caso do paralelismo, existe uma grande força dos comentários e opiniões, em detrimento da notícia. De acordo com Hallin e Mancini, porém, o paralelismo político diminuiu na maioria da Europa nas últimas décadas do século XX, tendo sido cortado em alguns países.

Quanto à profissionalização da carreira de jornalista, o treinamento formal tornou-se comum e, frequentemente, tem um papel importante na definição de jornalismo como profissão e instituição social. A profissionalização é suscetível de ser manifestada por meio de critérios de noticiabilidade, independentemente da orientação política do profissional. Finalmente, o papel do Estado em relação à mídia é outro fator a ser considerado, já que, em cada país, haverá uma relação diferente, que irá depender se o Estado será regulador ou financiador dos meios de comunicação ou se haverá uma postura de maior independência.

Ao ressaltar esses estudos comparativos, podemos dizer que as características objetividade, neutralidade e outras técnicas e normas difundidas principalmente nas instituições de ensino que formam os futuros jornalistas não são típicas de toda a produção informativa do Ocidente, mesmo sabendo que as premissas ocidentais originárias nos Estados Unidos são universalizadas.

Apesar do paradigma da americanização, ressaltado por Hallin e Mancini, como um caminho para a imprensa mundial em determinado momento da história, especificamente na época do lançamento do livro *Comparing Media System* (2004), o que se vê não é exatamente essa trajetória. Até mesmo porque o estudo desses autores se baseou em mídias tradicionais, como o jornal escrito e a chamada broadcasting, televisão e rádio, e hoje há uma expansão de mídias digitais que, de uma forma ou de outra, obrigam os próprios meios tradicionais a modificarem suas estruturas até mesmo nos países que deram origem ao modelo hegemônico de jornalismo. Além disso, há uma reconfiguração dos países, principalmente na própria Europa, pós-União Europeia,² onde há um desequilíbrio em vez de um equilíbrio previsto quando do lançamento do grupo econômico.

Ainda tocando nas questões consideradas essenciais no jornalismo ocidental, Köcher (1986, p. 50) ressalta que, no caso da objetividade, sua exigência não seria basicamente conflito com a forma como os jornalistas

britânicos veem o seu papel, sendo essencialmente aceita por eles. No entanto, ela entra em conflito com a visão dos jornalistas alemães sobre o seu papel, sendo rejeitada por eles, já que o jornalismo na Alemanha, segundo Weber (1919, p. 28 apud Köcher), é visto como uma “espécie de carreira política”. Inclusive em pesquisa realizada por Köcher (1986) com os jornalistas alemães e britânicos, muitos respondem que escolheram a carreira por causa da possibilidade de influenciar as decisões políticas, ainda que não de maneira direta. A diversidade da profissão no mundo fica clara pela própria maneira como os jornalistas se veem. Enquanto os britânicos se enxergam como cães de caça, os colegas alemães veem a si mesmos como missionários.

Entendemos que o jornalismo é, indiscutivelmente, a história do presente como é percebida pela mídia. E, por esse motivo, é importante estudar que história tem sido contada por jornalistas brasileiros a respeito de determinados episódios. No entanto, ao fazermos estudos comparativos, como afirma Pippa Noris (2009), é preciso também lembrar que existem vários tipos de canais de mídia, vários gêneros de programas e vários tipos de público a que se destinam. Portanto, deve-se focar nos contrastes de unidades espaciais. Neste caso, contam também os mercados de mídia e não só comparações entre estados-nações ou regiões globais.

Os meios de comunicação do Brasil, uma nação periférica

A situação de deslocamento das estruturas neste século é observada não só na Europa, como em outros países. O Brasil, por exemplo, vive outra realidade de reconhecimento a partir da consolidação do Brics. Além disso, vários países da América Latina também estariam passando por um momento de deslocamento de novos agentes nos campos político e social. Isso significa que os meios de comunicação considerados referência podem estar falando para um tipo de público que tinha determinada importância antes, mas hoje não tem mais. Desta forma, é importante refletir sobre estas mudanças e sobre o papel da mídia nas democracias emergentes.

Como nova democracia, o Brasil também viu surgir o jornalismo investigativo, que tem como modelo a mídia americana, na qual a dita imprensa “independente” é vista como a pedra angular. No entanto, a aposta é em um modelo de verificação e checagem do poder que se baseia no Governo

Americano. Portanto, nós olhamos o país a partir de um modelo externo. Enquanto nos Estados Unidos jornalistas tinham maior acesso, por exemplo, a documentos de órgãos públicos, só recentemente o movimento de transparência possibilitou isso aos profissionais da mídia no Brasil. Esta questão é central para o jornalismo investigativo. Ela é lembrada por Silvio Waisbord em *Watchdog Journalism in South America – News, Accountability and Democracy* (2012). Ao analisar o que chama de jornalismo *watchdog* fora dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, o autor examina as limitações dos modelos exportadores de reportagens investigativas e do jornalismo em geral, para contextos que são flagrantemente diferentes daqueles das democracias consideradas desenvolvidas.

Na América do Sul, a ausência de normas que exijam a apresentação de documentos públicos e autorizem o acesso público exclui a possibilidade de obtenção de reportagens com informações oficiais sem a ajuda das fontes. Assim, os jornalistas precisam combinar esforços pessoais e informações fornecidas por fontes (WAISBORD, 2012, p. 16).

Enquanto em países da América do Sul, como o Brasil, considera-se jornalismo investigativo mesmo aquele que se baseia em declarações e vazamento de dados, em outros locais o jornalismo investigativo “refere-se apenas ao trabalho resultante dos esforços e iniciativas dos repórteres” (WAISBORD, 2012, p. 16), havendo questionamento por parte de estudiosos da mídia, como Ralph Negrine (1996), citado por Waisbord. Ele pergunta se seria jornalismo investigativo aquele no qual as informações são passadas por fontes (pessoas físicas) em vez de obstinadamente perseguidas ou descobertas por repórteres após peneirarem uma documentação. Para alguns, não seria, já que o repórter não realizou trabalho original, mas confiou nas informações de alguém, fazendo, por isso, um jornalismo de fontes ou de vazamento. Jornalistas sul-americanos, porém, rejeitam a compreensão do jornalismo investigativo em termos dessas exigências metodológicas específicas.

Ainda no que se refere ao jornalismo investigativo, a questão da dificuldade de independência financeira da imprensa, fator central no modelo liberal americano, é outra a ser considerada. Sem conseguir esse status, muitos veículos midiáticos de outros países, como o Brasil, tinham e ainda têm

no Estado o seu principal financiador. Sobre estas diferenças entre os países, Katrin Voltmer (2006) questiona:

Até que ponto os meios de comunicação nas novas democracias adotam os valores notícia que regem o jornalismo ocidental e em que medida eles continuam a seguir as tradições que existem na cultura política indígena de seu próprio país? (VOLTMER, 2006, p. 7).

Waisbord também menciona a questão da força do Estado sobre a imprensa e utiliza o depoimento do jornalista Eduardo Lins da Silva (1991), para analisar esta diferença entre o jornalismo americano e o brasileiro. Lins da Silva sugere que

A falta de condições na economia local frustrou a vontade (para implementar uma imprensa de inspiração americana), com apenas algumas exceções (*Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*) (ver Alves de Abreu e Lattman-Weltman, 1996). Sem o mercado forte, o Estado permaneceu crucial para a saúde financeira da imprensa. Os subsídios governamentais e os empréstimos têm sido indispensáveis para a sobrevivência dos jornais e, com algumas exceções, o Estado tem sido consistentemente o principal anunciante para a mídia impressa (Salwen e Garrison, 1991; Heuvel e Dennis, 1995). (WAISBORD, 2012, p. 15).

Tudo isso também dificulta, historicamente, a ideia de jornalismo cão de guarda, um dos preceitos do jornalismo do Ocidente. De fato, como ressaltam Hallin e Mancini (2004, p. 12), a globalização e a comercialização dos meios de comunicação levaram a uma considerável convergência dos sistemas de mídia, mas não a ponto de podermos dizer que o jornalismo é um campo único.

No entanto, em âmbito geral, entende-se que o jornalismo de referência produzido no Brasil é composto de técnicas, que têm como premissa ouvir vários lados de uma história, buscando reportá-la da melhor maneira possível sem favorecer nenhum destes lados. Além disso, em geral, os veículos chamados de *quality paper* também não assumem publicamente nenhum partidarismo na grande imprensa. Ressaltamos ainda que os brasileiros, em geral, e os jornalistas do país entendem como objetivo da profissão a defesa dos direitos da população e a vigilância ao poder, denunciando mazelas e revelando atrocidades.

Como já citamos, o jornalismo hoje feito no Brasil segue, em grande parte, as tendências que se desenvolveram nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, esta última, segundo Renate Köcher (1986, p. 43), uma nação onde

a tarefa do jornalista é claramente definida como a de prestação de informações, em que o jornalista se vê no papel de transmissor de fatos, um repórter neutro de assuntos atuais. Por outro lado, nosso jornalismo está muito distante do modelo americano, considerado o mais próximo do ideal por vários autores, e também daquele feito em outras nações, como a Alemanha.

Tudo isso é dito para que possamos mostrar a importância que o texto jornalístico adquire historicamente ainda que ele seja uma forma de relatar um frame, um quadro da realidade, ou uma opinião, já que, independentemente da forma, os jornais impressos, as notícias de rádio, televisão ou internet servirão futuramente para construir a história de um país. Lembrando, ainda, que hoje são muitos os canais alternativos de informação, como o Observatório de Favelas, site que traz notícias, informações, editoriais e agendas que, muitas vezes, não constam na grande mídia. Estes meios são considerados fundamentais para o embate contra a mídia hegemônica. Geralmente a mídia alternativa é composta por blogs, sites, rádios comunitárias e ainda por veículos impressos, principalmente revistas.

Mas, independentemente da forma como a notícia toma corpo nos países, é ela que ajuda o público a decodificar o mundo, portanto, a origem da informação é um fator importante a ser considerado. Além de conteúdos artísticos, ficcionais, entre outros, que nos chegam diariamente, são as notícias que organizam a realidade. Uma realidade específica é nosso objeto de estudo aqui, a que se refere ao enquadramento da violência urbana.

A violência retratada no jornal

Para fazer a cobertura de qualquer evento, principalmente em assuntos que ganham mais destaque, com vários dias de publicações, o jornalista busca retratar não só os fatos e entrevistar as fontes, como tentar realizar a contextualização da história. Diante disso, há momentos que são silenciados na narrativa, enquanto outros são ressaltados. Os autores Ribeiro e Herschman (2008) citados por Lugo-Ocando; Guedes; Cañizález (2011, p. 607), argumentam, com relação a estes apagamentos e destacamentos, que a mídia usa vestígios e fatos do passado que chegam ao presente para dar um contraponto às necessidades permanentes de novidade em um mundo contemporâneo.

O silêncio é modalidade considerada importante na Análise do Discurso. É com este silêncio que o discurso jornalístico dialoga. O silêncio no campo jornalístico pode ser mais revelador do que a fala evidente. Vasculhar os silêncios do discurso jornalístico pode nos dizer mais sobre ele, suas intenções, seus interesses e sua força do que a análise de superfície da informação relatada.

Para Gregolin, a memória “produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados” (GREGOLIN, 2007, p. 4). Aquilo que integra nossa memória se manifesta nos nossos discursos. Por sua vez, é o interdiscurso que determina os sentidos no interior das formações discursivas (FDs).

O uso do passado, por conseguinte, está ligado a uma múltipla tipologia textual e não compreende uma dimensão visível apenas do mundo contemporâneo. No processo de construção de laços de passado, presente e futuro, os meios de comunicação, devido ao seu papel na vida cotidiana, tornaram-se fundamentais na construção da realidade. “Através de suas narrativas, os meios de comunicação se tornam os construtores de uma dimensão histórica particular, uma vez que a construção do sentido de tempo vem de suas narrativas” (RIBEIRO; HERSCHMANN, 2008, p. 84 apud LUGO-OCANDO; GUEDES; CAÑIZALESZ, 2011, p. 607).

Desta maneira, acreditamos que há momentos do passado que são novamente revelados pela mídia, sem tal contextualização perene. Trouxemos estas questões do enquadramento para a forma como a criminalidade é retratada pela imprensa carioca e buscamos verificar que pontos passados são recorrentes a cada nova matéria que trata do assunto. Ressaltando que a compreensão é de que “o uso da história por jornalistas na elaboração de suas matérias tem a intenção de fornecer ao público um significado cumulativo, que vai definir a forma como o público vai ler a notícia” (LUGO-OCANDO; GUEDES; CAÑIZALESZ, 2011, p. 609).

A violência no Rio de Janeiro – capital considerada “vitrine” do país – suscita interesse midiático. Autores que estudam os meios de comunicação de massa já mostraram que clamores existem na mídia na área de segurança pública. “A grande política social da atualidade é a penal, e ela pode ser

difundida pela grande mídia, que prepara os espíritos nesse sentido” (FREITAS, 2009, p. 44).

Geralmente o clamor por vigilância e punição vem dos consumidores de notícia dos veículos preponderantes, ou seja, a classe média e a elite econômica. Punição esta, em geral, pedida nos momentos em que a mídia aponta como personagens as vítimas de tragédias urbanas.

No caso do Rio de Janeiro, a necessidade de punição da qual falamos pode ser justificada pela mídia pela maneira como ela trata a violência. Há muitas décadas, a violência no Rio é destacada pela mídia como “uma verdadeira guerra civil”. Desde os anos 1980, repete-se que algumas classes são vítimas da violência e vivem como reféns. Em 1981, matéria da revista *Veja*³ baseava-se em pesquisa do Instituto Gallup para mostrar a situação no Rio e a necessidade de punir os culpados, tendo nas classes mais altas as vítimas. A pesquisa mostrava que um em cada dois integrantes da classe A do Rio já havia sido assaltado nos últimos dois anos. A polícia carioca era considerada, na matéria, “irremediavelmente ineficaz ou doente de corrupção”. A Baixada Fluminense também é reforçada como local de violência: “Em apenas um ano (1980), a violência na Baixada matou mais gente que a violência política do país em meio século (2006 cadáveres).”

Portanto, há várias décadas, o sentimento de insegurança é um dos principais fenômenos ligados à violência no Rio de Janeiro e tem sido usado pela mídia como um problema crônico a ser combatido. Em muitos casos, ele está atrelado à violência que vem do povo da favela, já que, como ressalta matéria de *Veja*, a Classe A é aquela vitimizada por assaltantes, e os conflitos que ganham as páginas dos jornais e os programas em rádio e TV geralmente envolvem o morador da favela contra o do asfalto. Este é o conflito que analisaremos aqui. Aquele que acontece em um território que parece ser fora da “cidade maravilhosa” que quer ser vitrine mundial.

A história narrada em *O Globo* e no *O Observatório de Favelas*

Queremos analisar como a cobertura da violência no Rio de Janeiro é desenvolvida no jornal *O Globo* e no site Observatório de Favelas (mídia alternativa), em relação ao funcionamento discursivo, as estratégias e os

silenciamentos que materializam as posições com respeito a conflitos ocorridos na Favela da Maré, em junho, no Rio de Janeiro.

Vamos avaliar as matérias e artigos dos dois veículos que digam respeito ao Complexo da Maré. A escolha pela análise das reportagens que remetem a esta região se deve ao fato de, no mês de junho de 2013, ter havido disparos de tiro, que acabaram levando à morte um engenheiro que entrou por engano na favela, e também uma invasão da polícia na área, que terminou na morte de dez pessoas. Ambos os fatos ganharam grande repercussão na mídia nacional. Apesar de pesquisadores, como Sônia Livingstone (2003, p. 480), advertirem para o perigo da comparação de “laranjas com maçãs”, referindo-se a comparar mídias diferentes, por exemplo, eles também ressaltam que muita cautela nas comparações tem resultado em um lamentável estreitamento das reivindicações imaginativas que a análise comparativa poderá e deverá gerar.

Sabemos que a mídia tradicional e a alternativa são searas diferentes, mas nossa ideia é justamente verificar o que há de comum e incomum em ambas quando o assunto é o mesmo. Para isso, usaremos algumas categorias consolidadas em estudos já feitos internacionalmente, como o comportamento do jornalista (se cães de guarda ou defensores, por exemplo), o tipo de público a que se destina, o espaço ocupado pelo assunto, as suítes, se as matérias foram baseadas em declaratórios ou investigação etc.

A análise objetiva refletir sobre a produção de sentidos, como é feita a representação do crime no Rio, as lacunas encontradas ao comparar os dois veículos, o contexto em que são feitas as matérias, a relação entre imprensa, governo e sociedade, os pontos do passado mais recorrentes na cobertura e se o homem da favela é visto como “o outro” pela mídia de referência, no caso o jornal *O Globo*, que tem circulação nacional.

O periódico, fundado em 29 de julho de 1925, tem sede no Rio de Janeiro e é parte integrante das Organizações Globo, de propriedade da família Marinho. O jornal é considerado uma das mídias mais influentes do país e tem uma das maiores tiragens. Segundo levantamento da Associação Nacional de Jornais (ANJ), em 2012, ocupava o terceiro lugar no ranking, com média de circulação diária de 277.876 exemplares, ficando atrás de *Folha de S. Paulo* e *Super Notícia*.

O Observatório de Favelas tem sede na Maré, no Rio de Janeiro, e foi criado em 2001. Desde 2003, é considerado uma organização de sociedade civil de interesse público (Oscip). O Observatório se constituiu como uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública que se dedica à produção de conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. O órgão foi fundado por pesquisadores e profissionais vindos de espaços populares. Hoje é composto por trabalhadores de diferentes lugares da cidade. Como lembra Waisbord (2012, p. 28), a imprensa alternativa “definiu sua missão em termos de defender as causas específicas, tais como a democracia, os direitos humanos, a justiça social, interesses nacionais e o socialismo”. Em seu site, o Observatório coloca como missão da organização a elaboração de conceitos, metodologias, projetos, programas e práticas que ajudem na criação e avaliação de políticas públicas que objetivam a superação das desigualdades sociais. A atuação se dá em cinco áreas: políticas urbanas, educação, comunicação, cultura e direitos humanos.

O Complexo da Maré ainda não possui uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). No entanto, a região deverá ser contemplada com uma base, segundo o governador Sérgio Cabral (PMDB). Antes de qualquer entrada da polícia na área, porém, desde 2009, um trabalho de conscientização pelos direitos dos moradores vem sendo realizado na região em conjunto pela Redes da Maré, pelo Observatório de Favelas e pela Anistia Internacional do Brasil. Em novembro de 2012, estes órgãos lançaram a campanha “Somos da Maré e Temos Direitos”.

A análise

Acostumada com ações policiais e cenário de confronto, a região do Complexo da Maré, formada por 17 favelas e uma população de 130 mil pessoas, teve um mês de junho de 2013 retratado como ainda mais violento, que começou com a repercussão na mídia, no dia 9, dos tiros disparados contra o engenheiro Gil Augusto Barbosa, de 53 anos, que iria buscar a esposa no Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) e, depois de um telefonema da mulher de que já havia pegado um táxi, tentou fazer o retorno, mas acabou entrando na Vila do João, uma das favelas do complexo. Ele foi baleado na cabeça no dia 8 de junho e morreu no dia 7 de julho no hospital. Temendo a

invasão da polícia na favela, segundo matéria divulgada no jornal *O Globo*, um dos chefes do tráfico, Marcelo Santos das Dores, conhecido como Menor P., exigiu que dois jovens se entregassem como autores da tentativa de homicídio. Não houve nenhum questionamento por parte do jornal a respeito da veracidade dos culpados ou investigação que mostrasse como as pessoas envolvidas naquela comunidade são vítimas desta hierarquia imposta pelo tráfico. Ou seja, a importância era punir pessoas que tivessem levado o engenheiro à morte, ainda que inocentes pudessem ir para a cadeia.

Em matéria publicada no dia 9 de junho, em sua página na internet, sob o título “Engenheiro baleado no Complexo da Maré continua em estado grave”, o jornal *O Globo* reforça a imagem de que o complexo é uma região de risco e que a favela seria um “outro” lugar, onde o engenheiro “entrou por engano” porque não havia uma sinalização avisando. Ressaltamos não ser comum usar o verbo “entrar” para qualquer bairro de uma cidade, mas como a favela é um lugar à parte, que não está naturalmente atrelado à “cidade ideal”, esse termo tornou-se usual. Quanto à voz das autoridades, reforçada no discurso do jornal, é preciso destacar o seguinte trecho: “Nesta segunda-feira, o prefeito Eduardo Paes disse que fará uma sinalização voltada para ‘áreas de risco na cidade’. Ele justificou a decisão, alegando que confia na política de segurança do governador Sérgio Cabral.” O representante do Poder Público municipal ganha espaço na mídia imediatamente para responder sobre uma ação violenta. O papel do Estado, portanto, é reforçado no sentido de proteção daqueles que estão fora do território da favela. Área que deve ser demarcada como perigosa.

Há ainda uma preocupação na matéria em enfatizar que o Complexo da Maré é uma área importante para ser vigiada, já que duas grandes avenidas cruzam aquela região e os turistas que chegam ao aeroporto e seguem em direção ao Centro e à Zona Sul do Rio precisam passar por ela. Neste sentido, há um reforço da dicotomia da cidade, colocando a favela x o asfalto, a favela x Zona Sul e a favela x o Centro. Também há um reforço para que a capital fluminense se mostre melhor ao mundo, a quem chega e sai do município de avião.

Por esta reportagem, podemos perceber os sentidos que se projetam sobre o Rio na mídia, reforçando quem é o cidadão, quem é o criminoso e onde eles estão, o homem da favela é o outro, ou seja, o fora da lei, o Complexo da

Maré é uma área dominada pelo tráfico, ponto recorrente nas matérias do jornal, reforçando quem é o inimigo. Além disso, como a vítima da violência é uma pessoa de fora da favela, em um caso que ganha repercussão nacional, a atuação policial fará um esforço diferenciado possivelmente em relação a outras mortes que ocorrem no local. Segundo a matéria de *O Globo*,

A Polícia Civil fará, em até 15 dias, a reconstituição do caso envolvendo o engenheiro Gil Augusto Gomes Barbosa, de 53 anos, que foi baleado na cabeça, no sábado, dentro da Vila do João, no Complexo da Maré. Segundo o delegado José Pedro Costa da Silva, titular da 21ª DP (Bonsucesso), a reconstituição contará com o auxílio da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), e deve envolver de 15 a 20 homens.

Portanto, apesar de o jornalismo no país primar pelas técnicas e normas da objetividade, as evidências de que um olhar se sobrepõe nas matérias são muitas. E o lugar de fala do jornalista é aquele que vê a sociedade em geral pelo lado da ordem, cobrando quando alguém que não é daquele ambiente é assassinado nele. Desta maneira, a repercussão midiática não seria a mesma se um homem da própria favela tivesse sido morto por outro.

O episódio não mereceu nenhum artigo ou notícia no Observatório de Favelas. Entendemos ter havido um silenciamento por parte do site, que traz discussões importantes sobre a violência e cobra ações efetivas nos casos em que a comunidade é vítima das ações violentas de organismos da ordem. A manifestação do Observatório seria importante até mesmo para mostrar a diferença de cobertura quando a vítima é alguém de fora do território. Também não houve questionamentos sobre o fato de o tráfico ter ordenado a dois jovens que se entregassem, assumindo o crime. Ou seja, pela forma como o jornal divulgou o fato, aparentemente entende-se que a figura do “dono do morro”, do “dono da favela” que pune ou manda punir quem age contra as suas ordens permanece neste território. Desta maneira, pressupõe-se que a Oscip também não pode tocar em questões centrais que perpetuam a violência na favela, como a “lei do tráfico”, a hierarquia na favela e o silêncio em algumas situações.

Também ganhou repercussão na mídia em junho outro episódio no Complexo da Maré. Foi o conflito envolvendo Polícia Militar e moradores da favela na noite do dia 24 daquele mês. Nove mortos foram contabilizados no

episódio, e o corpo de uma décima vítima foi encontrado no dia seguinte. O confronto ganhou repercussão na capa de *O Globo* do dia 26 de junho e também ocupou a primeira página da Edição Rio do mesmo dia, com o título “Um dia de tensão e morte”, além de outra página neste mesmo caderno. Segundo o jornal, a violência teria começado depois de uma perseguição policial a um grupo de “bandidos” que tentava praticar assaltos em série numa das pistas da avenida Brasil, após uma manifestação. O texto do jornal, já no lead, estimula o embate entre polícia e moradores da favela.

Depois de uma operação policial que, segundo a Polícia Militar, teve como desfecho nove mortos e nove feridos, o Complexo da Maré viveu, ontem, um dia inteiro de tensão. Moradores e ONGs que atuam no local afirmaram que os policiais cometeram excessos e chegaram a afirmar que o número de mortos na operação foi maior que o anunciado pela polícia.

No entanto, a versão primeira no lead e nas outras partes da matéria é sempre a policial, seguida da versão de moradores ou ONGs. Além disso, os números oficializados partiram da polícia. Entre os mortos, segundo o jornal, estavam dois moradores, um policial militar e seis suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas. O outro corpo só foi revelado pela imprensa no dia seguinte. Os números só serão consolidados na matéria do dia seguinte.

A primeira voz na matéria é de um delegado da Polícia Civil. A reportagem, na página 17, possui quatro colunas, com três fotos: uma mostrando moradores correndo em meio à fumaça de bombas de gás, outra mostra uma tropa fazendo uma barreira, enquanto a última expõe um protesto de moradores. Ou seja, o ambiente é o de um local de conflito, conforme mostraremos mais adiante.

Na matéria, há um destaque para a morte do policial durante o confronto, ressaltando que “desde a morte do sargento, na noite de segunda-feira, cerca de 400 policiais militares, entre equipes do Bope, Batalhão de Choque, 22º BPM, Batalhão de Ação com Cães, ocupam a Maré”. Ou seja, o reforço só teria sido feito por causa da morte de um entre os outros nove que perderam a vida no confronto. O parágrafo acima ainda mais a revolta entre os dois lados, já que o alto número de policiais só estaria ali para revidar a morte

de um dos colegas e não para garantir a segurança, o que reforça a hipótese de “guerra do Rio”.

Na última coluna, é dada voz a Patrícia Vianna, diretora da Redes de Desenvolvimento da Maré, que funciona na Nova Holanda. Durante a manifestação organizada por ONGs, ela acusa a PM de “agir com extrema truculência”. Uma fala dela é destacada: “Houve uma série de violações de direitos, como invasões de casas que estavam fechadas e intimidação de moradores por parte dos policiais. Carros também foram arrombados.”

O episódio foi tratado como uma guerra na primeira matéria do jornal, fato que foi realçado em falas de membros da comunidade e de um dos diretores do Observatório de Favelas, Jaílson de Souza, que foi ouvido em uma das retrancas da reportagem do dia 26 de junho.

O assunto voltou a ser debatido em *O Globo* do dia 27 de junho, porém, sem chamadas na capa, apenas com uma matéria na página 15 da Editoria Rio. O título abrindo a página é “Secretário promete punir excessos de PMs”. No bigode, abaixo do título, aparece a seguinte frase: “Divisão de Homicídios identifica dez mortos na operação e afirma que sete tinham passagens pela polícia.” Ou seja, o fato de sete terem passagem pela polícia seria uma forma de amenizar ou até mesmo justificar a violência praticada contra suas vidas. Desta maneira, a violência cometida pelos agentes do Estado durante a ação teria uma justificativa, sendo mais aceita pela mídia do que a tentativa de arrastão e outros atos praticados pelos moradores daquela favela, o que levou à “invasão”. Também a fala do secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, mostra que posição é reforçada na matéria e como se dá a relação da imprensa e do Governo com aquele território da favela.

O que tivemos lá foi uma ação de traficantes contra a polícia. Nossa política está muito clara: reduziu-se o auto de resistência drasticamente, reduziram-se os homicídios drasticamente. Mas quando o Estado é atacado, vamos optar por agir, não vamos nos omitir’, afirmou o secretário.

Nesta fala, há o reforço de que o mal são os traficantes e que estão sempre em embate com os agentes da ordem, portanto a polícia é o representante do Estado e quem “excede” é o outro. Quando o policial excede, ele acaba expulso da corporação. Vemos no discurso do jornal um ponto

recorrente, ao destacar esta frase do secretário. Contra o tráfico, vale apostar em qualquer coisa, até mesmo aceitar as mortes durante a invasão, afinal sete já tinham passagens pela polícia, ainda que haja um silenciamento sobre o tipo de crime cometido por esses “bandidos”. Na véspera, o jornal já havia citado que “seis eram suspeitos de envolvimento com o tráfico”. Beltrame disse ainda que a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Complexo da Maré está próxima, realçando com esta lembrança a necessidade de vigilância em mais uma área considerada perigosa do Rio e trazendo novamente à memória a cobrança pelo policiamento de uma área marginalizada da Cidade Maravilhosa.

A matéria menciona ainda, em seus dois últimos parágrafos, que um grupo de 30 estudantes e moradores da Maré fez um protesto contra a truculência dos policiais. Porém, nenhum integrante desse protesto foi ouvido. O interlocutor, neste caso, mais uma vez, é o representante da ONG Observatório de Favelas, o geógrafo Jaílson de Souza, já entrevistado anteriormente pelo jornal. A cobrança de Jaílson é pela investigação a respeito das circunstâncias da morte. Em parágrafo anterior, Beltrame já havia dito que era preciso saber como o militar havia sido morto. Já sobre a forma como os demais morreram há um silenciamento. Pela recorrência do uso de fontes do Observatório no jornal *O Globo*, podemos perceber que o periódico tem nesta Oscip um ancoradouro, ou seja, ela seria o interlocutor com aquela área na qual não se pode ou não se deve entrevistar as pessoas livremente. Ou seja, o Complexo da Maré se pronuncia por meio desta fonte, considerada legítima pelo veículo representante da imprensa tradicional. Sobre esta questão de haver um mediador entre “o asfalto” e a favela, Luiz Antonio Machado da Silva e Márcia Pereira Leite (2008 p. 59) afirmam que este papel tem sido desempenhado em especial pelas ONGS, “tanto ao estabelecerem uma ponte direta com órgãos governamentais, quanto por meio dos ‘projetos sociais’ que patrocinam, autônomos ou em ‘parceria’ com agências do governo ou organizações internacionais”.

Apesar de a análise ter sido feita até o último dia de junho, nos dias 28, 29 e 30, *O Globo* não trouxe nenhuma matéria específica sobre as mortes na Maré. Ou seja, a chacina, que poderia ter rendido mais dias de cobertura e “cobranças” da mídia como agente político, não mereceu mais destaque do

jornal, nenhuma análise mais aprofundada diante de outros assuntos que tomaram as páginas do periódico, como as manifestações pelas ruas do Rio e de outras cidades do país, que levaram a publicação a criar a série “O Brasil nas ruas”. Ou seja, o jornal não fez cobranças mais severas à polícia por ter agido de forma “truculenta” contra aquela comunidade, nem realizou investigações a respeito. Portanto, entende-se que não há uma cobrança tão ferrenha ao Governo, ao Estado, sobre aquelas mortes, não havendo um aprofundamento daquele contexto.

Quanto ao Observatório de Favelas, a primeira cobertura sobre o confronto se deu em seu site no dia 25 de junho. A matéria sob o título “Ação violenta da polícia chega a 13 mortos na Maré” revela um número de vítimas superior ao informado pelo *O Globo*, que de início havia noticiado dez mortes. A matéria do site traz detalhes que demonstram que, mais do que um território de guerra e violência, ali é um bairro onde mora uma comunidade, que precisa de energia elétrica, que trabalha e que faz uso do comércio etc.

Na manhã de hoje (25/06), a favela seguia ocupada, ainda sem luz, com o comércio fechado e a presença ostensiva de policiais. Segundo relatos de moradores, a operação, que até agora resultou em treze mortes, também teve como saldo uma série de violações de direitos, como invasões de domicílio seguidas de depredações, saques e intimidação de moradores por parte de policiais. Até as 10h da manhã de hoje (25/06), apenas uma serralheria local já trabalhava na troca da quinta porta arrombada por policiais. Além das invasões e depredações, moradores denunciaram o confisco ilegal de dinheiro e documentos.

Ou seja, enquanto o discurso do *quality paper* reforça a necessidade de mais vigilância e punição, o do Observatório tenta mostrar outro lado. O texto do “Observatório” é ilustrado com duas fotografias (ver abaixo). Numa delas, há uma porta de uma residência arrombada e uma mancha de sangue no chão. Na outra foto, uma moradora, que parece ser uma idosa, tenta andar pela rua, onde estão dois policiais do Bope fortemente armados. A cena não se fecha na polícia e na mulher, mas mostra um pouco da ruela, onde naturalmente moram crianças torcedoras do Brasil, já que as ruas estavam enfeitadas com bandeiras e plásticos verdes e amarelos por ocasião da Copa das Confederações. As fotografias do site reforçam a imagem de bairro, enquanto as imagens de *O Globo* reafirmam o local como um cenário de guerra (ver abaixo)

Figuras 1 e 2. Imagens do Observatório de Favelas (25/06/2013) –
Fotos de Elisângela Leite



Figura 3. Imagens de *O Globo* um dia depois da invasão (26/06/2013) –
Editoria Rio

Fotos primeira e segunda, de Marcelo Carnaval. Última foto, de Marcelo Piu



A fotografia que mostra a porta arrombada também reforça a maneira como a polícia mantém suas relações com as classes subalternas. Conforme Michel Misse (2008, p. 26), é histórica a desconfiança da população carioca de baixa renda em relação à polícia. “Um de seus principais efeitos foi o de

aumentar o poder das polícias nas relações com as classes subalternas e excluídas, com a generalização de arbitrariedades e de mercados políticos ilícitos (...).”

A matéria do Observatório de Favelas cobra resposta à violação de direitos e convoca uma mobilização na Nova Holanda:

Neste momento, há cerca de 400 policiais do BOPE no interior da favela realizando uma ação que até agora os moradores não conseguiram entender o sentido da operação. Representantes da Defensoria Pública estão no local para apurar possíveis violações de direitos. O Observatório de Favelas convoca uma mobilização, com concentração em sua sede — na Rua Teixeira Ribeiro, 535, na Nova Holanda —, às 15h, para pressionar as autoridades a interromperem a operação imediatamente.

No dia 28 de junho, o site convoca os moradores para um “grande Ato Ecumênico” em memória das pessoas que morreram na Maré durante a operação policial dos dias 24 e 25. O texto apresenta o título “Estado que mata, nunca mais!”. Ou seja, enquanto Beltrame diz em *O Globo* que quem mata na favela é o policial desviante, aqui, no Observatório, quem mata é o próprio Estado, o que também reforça o discurso de que quem está na favela não conta com os serviços oferecidos pelo “Estado” ou não se sente como pertencente a ele. Além de convocar para o ato, o site deu nome e idade de cada uma das dez pessoas mortas no confronto. Se no jornal impresso, eles são apenas moradores ou pessoas com passagens pela polícia, aqui eles ganham nome, sobrenome e idade. As vítimas têm entre 16 e 39 anos. O fato foi noticiado pelo site e pelo *O Globo*, nos dias 2 e 3 de julho, respectivamente.

Considerações finais

A partir de reflexões sobre a relação Estado, sociedade civil e criminalidade violenta, percorremos a forma de divulgação de dois episódios ocorridos no Complexo da Maré em junho de 2013, no Rio de Janeiro. Seguimos o caminho a partir dos fatos no jornal *O Globo* e no Observatório de Favelas, ou seja, como os casos da morte de um morador de fora da favela e de um confronto entre polícia e comunidade foram representados nos discursos de um veículo tradicional da imprensa carioca e de um veículo considerado alternativo. Estes dois momentos foram vistos como aqueles em que a violência sai do limite do tolerável, ocasionando mortes e mobilizando grande parte da população. Vários atores sociais estiveram envolvidos, entre eles

autoridades policiais, representantes do governo, da imprensa, ONG, especialistas, entre outras vozes.

A intenção da análise foi promover o olhar comparativo, mostrando dois veículos que têm enfoques em públicos diferentes e que têm finalidades distintas. Enquanto *O Globo* é uma empresa com fins lucrativos, o site Observatório de Favelas tem o objetivo de lutar por direitos em uma comunidade.

Observamos pontos como o uso de técnicas do profissional jornalista, a questão da objetividade textual e o jornalismo investigativo, que são alguns itens tratados mundialmente quando se faz o estudo comparativo das mídias. Ressaltamos que um dos pontos da comparação lembrados pelos autores Jay G. Blumler e Michael Gurevich é a natureza dos valores através dos quais a mídia busca legitimar sua atuação. Essa postura se dá essencialmente por meio do profissionalismo da imprensa, que implica um distanciamento do repórter, comentarista, produtor ou executivo de mídia das pressões de interesses externos e uma fidelidade às normas da profissão. No entanto, como vimos, apesar do uso de técnicas jornalísticas profissionais em *O Globo* e também no Observatório de Favelas, como o recurso de entrevistas de representantes de ambos os lados e a não existência de opinião do jornalista na matéria, os critérios universais de imparcialidade e objetividade deixam de ser uma realidade a partir do momento que há um lugar de fala da empresa jornalística e do jornalista, como também do veículo alternativo, além de reforços de memória que perpassam todo o texto, seja pelo título, pelas fotografias, pelas entrevistas.

Apesar de, no caso de *O Globo*, a mídia e seus profissionais se comportarem como se estivessem acima da batalha política, agindo objetivamente e seguindo preceitos de uma invenção anglo-americana, como lembra Chalaby (p. 304, 1996) sobre o jornalismo criado a partir do século XIX e copiado em várias partes do mundo, os discursos que a atravessam e os silenciamentos são carregados de ideologia e de intenções. Sobre os dois veículos, enquanto de um lado temos um que, mesmo ouvindo representantes dos direitos humanos e da favela, acaba legitimando ações do Estado e cobrando ainda mais excessos e vigilância por meio de seu discurso; de outro, há uma mídia que apresenta seus propósitos, tem o ambiente da favela como

seu lugar de fala e tenta mostrar que esta favela não é o lugar do outro, mas do morador do Rio, que precisa de coisas básicas, como energia elétrica e produtos vendidos no comércio, e que teme a polícia armada em sua porta. Portanto, obviamente, os interesses destes veículos são distintos, apesar de aparentemente todos parecerem dizer a mesma coisa: que são contra a truculência policial, contra as mortes e que estariam falando em defesa de uma minoria e de uma população excludente, o morador da favela.

Em ambos os casos, também, há um discurso de falha ou inexistência do Estado naquele território. Mas a cobrança por este Estado é feita de maneira diversa. De um lado, porque faltaria mais punição e vigilância; e de outro porque faltaria mais presença do Poder Público como o potencializador dos direitos daquela comunidade. De um lado, o discurso que quer a sinalização de trânsito melhor indicando que ali é um território do perigo; de outro, o discurso de que ali não é o lugar do perigo e que, muitas vezes, ele vem do próprio Estado, com suas armas.

Os dois veículos fazem acusações a respeito da truculência policial, sem, no entanto, haver uma apuração mais detalhada. Ou seja, não há um jornalista como cão de guarda para verificar a ação do Estado. Em nenhum dos casos há os preceitos do jornalismo investigativo por parte dos jornalistas. As matérias são construídas por meio de declaratórios das fontes e de observação. Também não há suítes que mostrem um acompanhamento mais detalhado da tal sindicância aberta mencionada pelo secretário José Mariano Beltrame. Portanto, não há como o leitor saber o que aconteceu com os possíveis envolvidos. O “Observatório de Favelas” publicou apenas no dia 31 de julho outra matéria sobre protesto na Maré e deu como desdobramento o fato de “o massacre na Maré” ter sido pauta de audiência pública na OAB do Rio de Janeiro, no dia 19 do mesmo mês. No entanto, nenhuma cobrança maior foi feita.

Ao ressaltar estes temas do tráfico de drogas e da violência policial, é importante destacar que são problemas mundiais e alvos da imprensa internacional. No entanto, na mídia de outros países, o tráfico nem sempre é visto como o causador de todo o mal, como ocorre na imprensa tradicional carioca. Não que não concordemos com este grave problema social. No entanto, há silenciamento a respeito das origens e da perpetuação deste tráfico

como “o mal”. Um dos silenciamentos – que ocorre tanto em *O Globo* quanto no Observatório – seria a respeito da forma como os traficantes têm acesso às armas. Isso significa que os embates que reforçam o ódio e a insegurança nos leitores, colocando de um lado a polícia e de outro, a comunidade, também estão presentes no discurso do Observatório de Favelas, sem que haja explicações e investigações que possam clarear o quadro atual.

Também é importante ressaltar que a violência policial pelo mundo existe em diferentes níveis. Aqui, a violência policial condenada é contra o pobre, o negro e o favelado. Esta violência não pode ser aceita, e o discurso contra ela está presente nos dois veículos. No entanto, contra o bandido, muitas vezes, a ação abusiva acaba sendo ignorada propositalmente pela sociedade em geral, quando se justifica, no texto jornalístico, que entre os mortos há traficantes. Neste caso, não se vê defesa dos direitos humanos. O reforço deste discurso acontece quando se diz que na favela também há moradores honestos. Ora esta prerrogativa independe de ser uma área nobre ou pobre.

Ressaltamos que, mesmo com as reportagens merecendo maior espaço nos jornais e na mídia alternativa e com repercussão nacional, os veículos mantiveram uma cobertura estrita, com muito declaratório e pouco resultado efetivo sobre as denúncias feitas. O que se percebe é que este foi apenas mais um caso coberto pela mídia, que não traz maiores aprofundamentos. A questão é: será que a cobertura seria a mesma se as dez mortes tivessem ocorrido fora da favela? Apesar das muitas falas cobrando mudanças, neste caso, o jornalista como agente social modificador da realidade ficou em um segundo plano.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Afonso de. O paralelismo político em questão. *Revista Compólitica*, v. 2, n. 1, jan.-jun. 2012.
- BLUMLER, Jay G. & GUREVITCH, Michael. *The Crisis of Public Communication*. London, New York: Routledge, 1995.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of The Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, p. 303-326, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de. *A imprensa carioca e a demanda por ordem no século XXI: estresse para todos?*. 2009. 118 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – UFF, Rio de Janeiro.

- GREGOLIN, M. R. *Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades*. São Paulo: UNESP, 2007.
- HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo. *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- HALLIN, Daniel C. & PAPATHANASSOPOULOS, Stylianos. *Political clientelism and the media: Southern Europe and Latin America in comparative perspective*. Media, Culture & Society. Sage Publications. London, Thousand Oaks and New Delhi, v. 24, p. 175-195, 2002.
- KÖCHER, Renate. Bloodhounds or Missionaries: Role Definitions of German and British Journalists. *European Journal of Communication*, 1: 43, 1986.
<http://ejc.sagepub.com/content/1/1/43>.
- LAWSON, Chappel. *Building the Fourth Estate Democratization and the Rise of a Free Press in Mexico*. University of California, 2002.
- LIVINGSTONE, Sonia. On the Challenges of Cross-National Comparative Media Research. *European Journal of Communication*, 2003.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008, p. 51.
- MISSE, Michel. Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (Org.). *Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 13-32.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- NORRIS, Pippa. *Comparative Political Communications: Common Frameworks or Babelian Confusion?* Harvard University, 2009.
- OCANDO-LUGO, Jairo; GUEDES, Olga and CAÑIZÁLEZ, Andrés. Framing Revolution and Re-Framing Counter Revolution. *Journalism Practice*, 5:5, 599-612, 2011.
- ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- SIEBERT, Fred S.; THEODORE Peterson & WILBUR Schramm. *Four Theories of the Press*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1963/1956.
- VOLTMER, Katrin (Org.). *Mass Media and Political Communication in New Democracies*. London & New York: Routledge, 2006.
- WAISBORD, Silvio. *Watchdog Journalism in South America: News, Accountability, and Democracy*. New York: Columbia University Press, 2000.
<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130626>. Acesso em 09/09/2013
<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020130630>. Acesso em 10/10/2013
<http://observatoriodefavelas.org.br>. Acesso em 09/09/2013

Notas

¹ As economias de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul são conhecidas pela sigla Brics. Este termo foi usado pela primeira vez em 2001. O Brics é apenas um agrupamento econômico. Não se trata de um bloco econômico ou uma instituição internacional, mas de um mecanismo internacional na forma de um agrupamento informal, ou seja, não registrado burocraticamente com estatuto e carta de princípios. Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais.

² A União Europeia é o maior bloco econômico do mundo, conhecido pela livre circulação de bens, pessoas e mercadorias e pela adoção do euro como moeda única. A data oficial de sua origem é 7 de fevereiro de 1992, mas sua criação esteve ligada a processos anteriores de criação de um grande bloco econômico europeu. Atualmente, o bloco é composto por 27 países da Europa.

³ Reportagem de *Veja* de 7 de janeiro de 1981, sob o título “O Rio ferido a bala”, disponível no seguinte endereço eletrônico: http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_07011981.shtml

Recebido em: 11/08/2014

Aprovado para publicação em: 20/10/2014